

LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

GEOGRAFIA, PAISAGEM E RISCOS

LIVRO DE HOMENAGEM AO
PROF. DOUTOR ANTÓNIO PEDROSA



**A PAISAGEM DO CERRADO NO TRIÂNGULO
MINEIRO: OS RELATOS DOS VIAJANTES
NATURALISTAS NO SÉCULO XIX NO BRASIL**
CERRADO LANDSCAPE ON THE TRIÂNGULO
MINEIRO REGION: THE STORIES OF NATURALIST
TRAVELERS IN THE 19TH CENTURY BRAZIL

Isabele de Oliveira Carvalho

Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia
isabelegeoufu@gmail.com

† **Antônio de Souza Pedrosa**

Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia

Sumário: A ideia do Cerrado, como um bioma ou domínio biogeográfico intocado, deve ser repensada, já que foi sendo sucessivamente apropriado pelo homem ao longo da sua história. Com base nos registros deixados pelos viajantes do século XIX, intenta-se fazer uma leitura reinterpretativa da paisagem do Triângulo Mineiro, demonstrando que era uma paisagem profundamente humanizada e não “solidões imensas” como era descrito. Esse fato resultou da ocupação dessa área, durante milhares de anos pelos índios caiapós e, posteriormente, pelos colonizadores. As técnicas utilizadas desde a ocupação pelas sociedades indígenas e depois durante o período da mineração do ouro e das pedras preciosas, ou mesmo pela agricultura e pecuária modificaram a paisagem natural Cerrado transformando-a numa paisagem histórica e culturalmente construída. A conceptualização da paisagem é de suma importância para este trabalho que tem

como objetivo uma análise reinterpretativa da paisagem do cerrado no século XIX, de acordo com as perspectivas dos viajantes, nomeadamente St Hilaire.

Palavras-chave: Cerrado, paisagem natural, paisagem cultural, viajantes do XIX.

Abstract: The idea of the Cerrado as a biome or untouched bio-geographical area, must be rethought, since it has been successively appropriated by man throughout its history. Based on the records left by nineteenth century travellers, it tries to do an interpretive reading of the Triângulo Mineiro landscape, demonstrating that it was a deeply humanized landscape and not "immense solitudes" as it was described. This fact resulted from the occupation of this area for thousands of years by the Caiapós indians and later by settlers. The techniques used since the occupation by indigenous societies and then during the period of the gold and precious stones mining, or even by agriculture and livestock, changed the natural landscape of Cerrado, turning it into a historical and culturally built landscape. The landscape concept is very important for this work, which aims an interpretative analysis of the Cerrado landscape in the nineteenth century, according to the perspectives of travellers, including St Hilaire.

Keywords: Cerrado, natural landscape, cultural landscape, nineteenth century travellers.

Introdução

O conceito de Paisagem possui um domínio de significância extremamente vasto, integrando o léxico de múltiplas ciências que acabaram por diversificar a sua significação tornando-a cada vez mais complexa, pelo que se caracteriza por uma forte polissemia. Deste modo a Paisagem e as suas múltiplas dimensões constituíram, desde a época renascentista, um objeto de estudo das mais diversas

áreas disciplinares. Os estudos recentes apontam para uma interação entre os elementos naturais e antrópicos essencial ao entendimento da paisagem (C.O. Sauer, 1998; P. Claval, 1999; A. de S. Pedrosa e A. Pereira, 2013; A. de S. Pedrosa, 2012, 2013, 2014). Segundo Sauer (1998, p. 42), “*não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço*” não sendo possível compreender na atualidade as formas de organização do espaço e as tensões que o afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais. Estes dinamismos explicam a atenção dedicada à “*preservação das lembranças do passado e à conservação das paisagens*” (P. Claval, 1999, p. 420). Assim, Claval (1999) não só atribui ao homem a responsabilidade de transformar a paisagem como destaca que diferentes grupos culturais são capazes de provocar transformações diferenciadas sobre ela. Esta compreensão traz consigo uma preocupação maior com os sistemas culturais do que com os próprios elementos físicos da paisagem. Schier (2003) corrobora essa posição ao afirmar que: “*Não se trata mais da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela*” (R.A. Schier, 2003, p. 81).

Segundo Maximiano (2004) existe certo consenso entre geógrafos “*de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas inclui a existência humana*” (L.A. Maximiano, 2004, p.87).

“Em termos de compreensão da dinâmica paisagística, torna-se importante reforçar a ideia que o uso e manejo dos ecossistemas tropicais, nomeadamente o Cerrado é algo muito antigo, ou seja, a sua “antropização” é milenária. Entende-se, assim, que o Cerrado deve ser compreendido desde, pelo menos 4 mil anos atrás, como um bioma não natural. Já quanto às espécies vegetais próprias desse ecossistema, deve-se associar as plantas domesticadas e/ou manipuladas pelos indígenas que ocupavam o território (D.A. Posey, 1986). Concordamos, então, com este autor quando defende que o que se tem chamado de florestas e savanas “naturais””

no Brasil “é possivelmente o resultado de milénios de remanejamento e co-evolução humanos” (D.A. Posey, 1986, p. 184). (A. de S. Pedrosa; F.S. Souza, 2014, p. 358).

A conceptualização da paisagem segundo as ideias referidas são extremamente importantes para este trabalho, em que pretendemos realizar uma análise reinterpretativa da paisagem do Cerrado no século XIX, na região do Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais – Brasil, de acordo com as perspectivas dos viajantes, com especial realce para os relatos de St-Hilaire.

O Cerrado Brasileiro

A formação Cerrado corresponde ao segundo domínio biogeográfico de maior extensão localizado no Brasil: cerca de um quarto de seu território. Só a Amazônia apresenta uma extensão maior. Coutinho (2006), quando se refere ao “Cerrado”, salienta que é importante distinguir dois conceitos fundamentais: “*Domínio do Cerrado*” e “*Bioma do Cerrado*”. Segundo Faria (2006):

“[...] o Domínio refere-se a uma área do espaço geográfico com extensões subcontinentais, onde predominam certas características fitogeográficas e morfoclimáticas, diferentes das predominantes nas demais áreas. Em um dado Domínio podem ocorrer outras feições morfológicas e condições ecológicas, além daquelas predominantes” (K. M. S. Faria, 2006, p. 26).

Deste modo teremos de entender que

“[...] no espaço do Domínio do Cerrado, nem tudo que ali se encontra é Bioma de Cerrado. Veredas, Matas de Galeria, Matas Mesófilas de Interflúvio, são alguns exemplos de representantes de outros tipos de bioma, distintos do de Cerrado, que ocorrem em meio àquele mesmo espaço.

Não se deve confundir o Domínio com o Bioma. No Domínio do Cerrado predomina o Bioma Cerrado. Todavia, outros tipos de Biomas também estão ali representados, seja como tipos “predominantes” ou “não predominantes” (caso das Matas Mesófilas de Interflúvio), seja como enclaves (ilhas ou manchas de caatinga, por exemplo), ou penetrações de Florestas Galeria, de tipo amazônico ou atlântico ao longo dos vales úmidos dos rios” (L.M. Coutinho, 2006).

Quanto à formação geológica, Ab’Saber (2003) define que o Domínio do Cerrado, na sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planálticos de estrutura complexa, caracterizados por superfícies planas culminantes e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1.700 m de altitude. As formas de terrenos são, grosso modo, similares tanto nas áreas de terrenos cristalinos aplainados como nas áreas sedimentares sobrelevadas e transformadas em planaltos típicos. No entanto, mais que as condições topográfico-morfológicas e edáficas, são as condições climáticas as principais responsáveis pela manutenção e preservação desse Domínio. As nuances que apresenta podem ser correlacionadas com as outras variáveis, mas o clima mostra-se determinante para a ocorrência do Bioma Cerrado. O Domínio do Cerrado exibe, de fato, uma enorme heterogeneidade espacial, estendendo-se por mais de 20 graus de latitude, com altitudes variando de quase 0 a 1.800 m e exibindo uma grande diversidade de solos, de rochas, de formas de relevo e até nuances climáticas que implicam uma diversificada biodiversidade. Ab’Saber (2003) considera existir uma “*repetitividade das paisagens vegetais ligadas ao tema dos cerrados — cerrados, cerradões, campestres de diversos tipos*” que contribui “*muito para o caráter monótono desse grande conjunto paisagístico*” (A. de Ab’Saber, 2003, p. 47).

Esta ideia de repetição monótona dos diversos ambientes constantes no Cerrado, associada a uma ideia errônea de baixa biodiversidade e, ainda ao fato de que grande parte dos solos (latossolos) se apresentam com características acidificantes e pouco propícias para as práticas agrícolas, contribui para que este bioma seja sistematicamente, desconsiderado e pouco protegido no Brasil. Essa interpretação

teve grande força, sem dúvida, na alteração profunda e mesmo na destruição completa do Cerrado em muitas áreas do território brasileiro em cerca de 80% de sua extensão original, segundo algumas avaliações (K.M.S. de Faria, 2006).

Essa destruição e ocupação desordenada do Domínio do Cerrado relacionam-se, portanto, a uma acepção em que prevalece a ideia de “não produtividade” dos latossolos para fins agrícolas. A correção e adubação desses solos foi possível com as técnicas próprias da “Revolução Verde” que permitiu transformar grande parte do Domínio do Cerrado para a cultivo de grãos para exportação, a partir da década de sessenta do século XX. A presença desses solos, quase sempre associada às áreas de baixo declive (<3%), com características de boa drenagem e profundos, permitiram a expansão da agricultura especializada em grãos pela facilidade que oferecem à mecanização da agricultura. Devido a essas características, o Cerrado transformou-se nas últimas duas décadas na nova fronteira agrícola do País, a ponto de se tornar, na atualidade, sobretudo através das técnicas de correção de solo, uma das maiores regiões produtoras de grãos do Brasil e, ser reconhecido como a última grande fronteira agrícola do mundo. De acordo com Ferreira (2014):

“A modernização das técnicas produtivas no campo, em especial na área do Cerrado, aliada a investimentos financeiros subsidiados por programas e políticas oficiais, vem propiciando um avanço indiscriminado sobre a paisagem do Cerrado, que tem se transformado em uma região “viável” para sua utilização pela agricultura, decorrente de uma extensa área agricultável, de facilidade de mecanização, de “fartos” recursos hídricos, por estar próximos de centros consumidores, entre outros, além da desvalorização do Cerrado em seus aspectos naturais, culturais e científicos” (I.M.Ferreira, 2014, p.1).

Tradicionalmente os habitantes do Cerrado cultivavam os solos mais férteis, associados quase sempre à área de floresta e deixavam as áreas onde a prática agrícola não era possível, em função das técnicas que conheciam. Mendonça e Thomaz Junior (2004) afirmam que:

“[...] essas áreas não eram valorizadas pelos produtores locais, que tidas como imprestáveis, poderiam ser comercializadas a preços ínfimos, que ainda assim eram altamente lucrativas. De outro, os sulistas - produtores rurais oriundos dos Estados da região Sul e de São Paulo - que com experiência na agricultura moderna, já iniciada no Sul, com o cultivo do trigo e da soja e a disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos para o cultivo dos solos ácidos e às políticas de fomento do Estado adquirem as terras baratas e iniciam o processo de transformação das paisagens de cerrado em grandes campos de cultivo e de criação” (M.R. Mendonça; A. Thomaz Jr., 2004, p. 97-121).

Estas transformações levaram a uma forte retração do Cerrado, entendido como Domínio ou Bioma, que resultou de uma ocupação sem um adequado planejamento, ou seja, apenas entendido pelos agricultores ou financiadores como um “chão a ser ocupado” como se não houvesse mais nada aproveitável, que fosse economicamente rentável. Com a expansão da fronteira agropecuária foram introduzidos outros fatores concomitantes que contribuíram para a sua degradação de que podemos salientar: construção de grandes barragens; intensificação da mineração; uso intensivo de agrotóxicos e suas consequências na biodiversidade faunística e nos riscos de contaminação dos aquíferos; expansão urbana e consequente aumento da rede rodoviária.

“A paisagem no Triângulo Mineiro apresenta um mosaico diversificado de unidades, em cuja definição é muito mais importante a ação do homem do que a “vegetação natural” e as “formas de relevo”. A ação do Homem, na atualidade, é profundamente marcante e é indiscutível que o “Cerrado”, tal e qual como era conhecido nos finais do século XIX e início do século XX desapareceu, no Triângulo Mineiro. A paisagem de “cerrado”, historicamente construída, quer pela civilização indígena, quer pelos colonizadores, escravos e comunidades quilombolas, encerrava em si, transformações importantes, advindas de modos culturais distintos, mas mantinha um manejo equilibrado, fruto da interdependência que se

gerou entre os seus habitantes e o bioma que os sustentava. Essa paisagem deixou de existir em função de várias outras totalmente remodeladas, seja pela tecnologia avançada, seja pelas novas normas impostas sobre o território por forças econômicas e políticas que o transformam abruptamente” (A. de. S. Pedrosa; R. de C. M. Souza, 2014, p. 367).

A partir do exposto compreende-se que as alterações sobre o domínio do Cerrado sofreram aceleração ímpar nas últimas décadas incomparável a qualquer uma das etapas anteriores em que o Domínio veio a sofrer mudanças contínuas que permitem afirmá-lo como uma paisagem cultural muito antiga.

Os relatos dos viajantes do século XIX demonstram como o grande Domínio do Cerrado já era ocupado, fortemente antropizado, e, como tal, a paisagem ou paisagens existentes teriam de ser consideradas profundamente humanizadas. Entretanto, as valorações originais do Domínio não comprometiam na mesma profundidade e velocidade como as mais recentes em que as tecnologias modernas se estabeleceram com o intuito da acumulação intensiva de capital

Busca-se neste trabalho recuperar esse período de ocupação do Cerrado durante o século XIX, especialmente sobre o Triângulo Mineiro, através dos relatos de alguns viajantes que passaram por essa área e trouxeram uma visão que marcou definitivamente a forma de entender e atuar sobre essa paisagem. A linguagem científica utilizada pelos mesmos foi usada no sentido de mostrar como a área dominada pelo Cerrado era atrasada e condenada ao atraso permanente. Em grande parte esse atraso foi apresentado como decorrência de uma natureza hostil à civilização e cuja transformação radical seria necessária. Os escritos de St. Hilaire são aqui destacados ao lado de outros como Spix, Martius e Castelnau.

A paisagem do Cerrado no Triângulo Mineiro nos relatos de viagens do século XIX

Se pensarmos o território como espaço marcado por relações de poder e como espaço vivido abrimos possibilidades para uma nova leitura dos textos

de St. Hilaire e de outros viajantes do século XIX, que permitem e releitura dos usos, costumes e relações sociais presentes na sociedade mineira do século XIX (I.S. Soalheiros, 2008, p. 52).

A necessidade do conhecimento do interior do território brasileiro com o intuito da sua exploração surge numa altura em que Portugal sofria uma grave crise econômica, levando-o a procurar no território colonial português a “tábua de salvação” para o seu problema. Na Colônia Brasil, o peculiar Reformismo Ilustrado luso-brasileiro apoiava o levantamento e diagnóstico das potencialidades e riquezas que eventualmente existissem nesses “sertões” imensos e pouco conhecidos. Para isso fez-se necessário explorar de forma a obter conhecimento do território com os recursos científicos da época.

“É a partir deste prisma, de intrínseca ligação entre política e negócios na exploração do mundo natural, que devemos encarar a abertura do território brasileiro a cientistas estrangeiros. Viajantes ingleses, como Henrique Koster, John Luccock, Maria Graham e John Mawe; franceses, como Jean Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay e Grandjean de Montigny; alemães, como o Barão von Eschwege e Georg Heinrich von Langsdorff, e, inclusive, luso-brasileiros, como Alexandre Rodrigues Ferreira, embrenharam-se pelos mais distantes caminhos do Brasil”
(A.M.M. Beluzzo, 1994).

A análise dos diversos relatórios e trabalhos científicos que publicaram se revelam, de forma indiscutível, como importantes fontes para diversas disciplinas científicas, mas em especial para a “*História Ambiental, preocupada em entender as relações entre sociedade e natureza, do plano mais físico e material ao intelectual e mental, enquanto processo histórico*” (F.S. Souza, 2012, p. 51). Segundo Worster (1991, p. 198-215) a história ambiental permite três níveis de análise:

- Entendimento dos aspectos orgânicos e inorgânicos da natureza;
- O domínio socioeconômico da relação sociedade-natureza, que comporta as ferramentas de trabalho, relações de poder, modos de vida e produção;

- As interações intelectuais e mentais, as formas de ver, sentir e pensar o mundo natural. Se pretendemos entender a paisagem nas suas diversas dimensões (Pedrosa; Pereira, 2007, 2013), certamente que esta perspectiva é fundamental para compreendê-la e para interpretá-la, nos relatos dos viajantes.

Se pretendemos entender a paisagem nas suas diversas dimensões (A.S. Pedrosa; A. Pereira, 2007, 2013), certamente que esta perspectiva é fundamental para compreendê-la e para interpretá-la, nos relatos dos viajantes. Segundo Moreyra (1987/1988), August de Saint-Hilaire na sua viagem à província de Goiás, faz uma descrição entre:

“[...] o espanto e a agressão a uma região cuja rusticidade surpreendeu o pesquisador: péssimos caminhos, fazendas abandonadas, engenhos em ruínas, arraiais despovoados. Enfim, a decadência retratada em tudo o que observava no decurso de suas vagarosas jornadas de coleta botânica. [...] Entre o que os seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por sua visão europeia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pôde enxergá-las, vê-las como ele não pôde vê-las” (S.P. Moreyra, 1987/1988, p. 164).

Deve-se mesmo considerar que a estação do ano em que os viajantes faziam as viagens e o período em que ocorreram no século XIX condicionava a análise, descrição e interpretação feitas. Segundo Souza (2012) pode-se contrapor a viagem de St-Hilaire (1975), com as de Pohl (1976) e Castelnau (1949):

“Saint-Hilaire percorreu o território goiano durante a estiagem, entre maio e setembro, daí a visão muitas vezes depreciativa da vegetação e suas constantes menções a campos “crestados” e matas de “tom parda-cento”. Pohl, [...], que teve a estadia mais longa em Goiás, por conta da estação chuvosa, decidiu esperar em Vila Boa por uma estação mais

favorável às coletas e conservação de amostras para a História Natural. Já Castelnau, enfrentou o período das “chuvas torrenciais”, queixando-se frequentemente dos “lamaçais e atoleiros” dos caminhos por onde passou” (F.S. Souza, 2012, p. 54).

Quando se pretende analisar a questão da paisagem através desses relatos de viagem ter-se que ter em consideração todos os aspectos que condicionavam o olhar do viajante. Muitas vezes a descrição da paisagem aparece de maneira ambígua e interliga-se com a própria percepção da natureza. O deslumbre e o estranhamento mesclam-se e permeiam todos os relatos analisados com maior ou menor intensidade. Tem-se então de adotar uma atitude crítica perante os fatos que nos são apresentados de modo que o seu contributo seja válido para a análise e interpretação das condições socioambientais que predominavam à época.

As transformações do cerrado ligadas às práticas agropecuárias

Uma das observações mais comuns a todos os viajantes é o relato de queimadas.

“[...] o meio do dia, tínhamos 29° até 30°R; de manhã ao romper do dia, e ao pôr do sol, 18°R; com isso, também estava a atmosfera no estreito e fundo vale completamente esfumaçada pelas queimadas, que devastavam os pastos e matagais das encostas próximas [...]” (J.B. von Spix; K. F. P. Martius 1976, p. 101).

“Exceção feita dos vales chatos transversais, em que predominavam campinas buritizais, ela [a Chapada do Paranã] é coberta totalmente com arbustos espessos em parte sem folhas durante a seca, que quase todos os anos são vítimas de fogo, posto pelos sertanejos. Justamente agora haviam se propagado essas queimadas numa extensão enorme, e nós éramos obrigados mais de uma vez a deixar o caminho, ou a passar apressadamente

por entre trechos incendiados. Vento violento de nordeste levantava a poeira finíssima de carvão nos lugares queimados em enormes colunas, as quais moviam-se lentas e ameaçadoras em torno de nós; às vezes, cessando o vento, caíam como chuva negra, e escureciam o horizonte, no qual o sol poente parecia um grande raio” (J.B. von Spix; K. F. P. Martius, 1976, p. 96).

“Em alguns pontos, viam-se ao longo algumas línguas de fogo e colunas de fumaça; os sertanejos ateam assim, todos os anos, fogo nos campos, com o intuito de aumentar-lhes a fertilidade e preparar pastagens verdes para as caravanas subseqüentes. Percorremos desta maneira muitas e vastas extensões enegrecidas pelas queimadas. Essa operação modifica consideravelmente o aspecto da vegetação, porquanto muitas plantas só aparecem em semelhantes circunstâncias, bastando-lhes muitas vezes dois ou três dias para se desenvolver” (F. de Castelnau, 1949, p. 241).

Os viajantes explicam porque o uso da técnica das queimadas (F. de Castelnau, 1949; A. de St-Hilaire, 1975) relacionava-se com a obtenção de pasto, associada fundamentalmente aos campos do Cerrado e, também, para “destruir” as áreas de floresta que coincidiam com os melhores solos e, como tal, eram as mais procuradas para as práticas agrícolas.

“Os pastos [...] só são queimados nos meses de julho e agosto, isto é, durante a estação seca, pois o fogo não se alastra neles quando ateadado antes dessa época. Entretanto, quando os fazendeiros desejam ter pasto de capim novo mais cedo, para as suas vacas leiteiras, eles reservam uma certa extensão deles, deixando de atear fogo um ano inteiro, para no ano seguinte poderem queimá-los nos meses de abril ou maio” (A. de St-Hilaire, 1975, p.152).

As áreas de mata eram derrubadas a machado pouco depois das estações das chuvas e após alguns dias em que se verificava a secagem da rama, atear-se o fogo. No meio da madeira carbonizada os roceiros abriam covas à enxada

onde eram lançadas as sementes (A. de St-Hilaire, 2000). Segundo L.A.B. Lourenço (2005) era uma adaptação da técnica indígena denominada “roça do toco” incorporada ao sistema sertanejo luso-brasileiro, ao longo da colonização. Essa técnica de uso das queimadas leva à degradação dos solos e à consequente perda da biodiversidade, já que acaba por ser seletiva, nomeadamente no que se refere às espécies vegetais de maior ou menor resistência ao fogo. De fato,

“[...] a queimada danifica de modo sutil os solos e o capim. Destroi plantas que se disseminam horizontalmente formando esteiras, em favor das que formam touceiras, expondo o solo e provocando a erosão. O fogo reduz a permeabilidade do solo, favorecendo plantas de raízes superficiais, menos eficientes na reciclagem de minerais lixiviados e mais rapidamente ressequidos e não comestíveis na estação seca. [...]. O pasto degradado então se enche de filicíneas, como o capim sapé [...] e como o barba-de-bode, outra gramínea sem valor nutritivo” (W. Dean, 1996, p.129).

Pode-se afirmar que as queimadas que se mostravam extremamente comuns no século XIX, conforme os relatos dos viajantes, não podem ser consideradas como naturais, mas sim fruto da ação do homem no sentido de se apropriar de um espaço geográfico e dele tirar o máximo partido (F. S. Souza, 2012). Foi certamente uma das técnicas que mais alterou a fisionomia das diversas unidades que compõem o Bioma Cerrado. Com a agropecuária, que nesta altura era praticada de uma forma extensiva, as queimadas mostravam-se muito importantes na região do Triângulo Mineiro. O número de cabeças de gado que ocorria com uma elevada densidade resultava, por um lado, da descoberta de águas salitrosas que resolveram a necessidade do sal dos animais: primeiro na região de Araxá e depois noutros locais desta mesorregião tais como “na região da Rocinha, na vizinhança do rio das Velhas” (W. L. von Eschwege, 1996; A. de St-Hilaire, 1975) “nas paragens de Sobradinho e Bebedouro entre o rio das Velhas e o Uberaba Legítima (T. Teixeira, 1970) e principalmente nos arredores de Uberaba” (L. A. B. Lourenço, 2005); segundo, porque os pastos se mostravam de boa qualidade, fundamentalmente quando associados a solos resultantes dos basaltos, passando a estar vocacionado para excedentes de gado de corte e sua colocação no mercado (L. A. B. Lourenço, 2005).

St-Hilaire (1975) na sua passagem por esta área descreve que

“[...] as pastagens nas cercanias de Farinha Podre são tão boas que apesar da prolongada seca que ainda se fazia sentir quando passei por lá, os campos queimados estavam cobertos por um espesso tapete verde e viçoso. Os colonos dessa região souberam tirar proveito dessa enorme vantagem [...]” (A. de St-Hilaire, 1975, p.151).

A criação de gado é também um dos fatores com forte impacto direto sobre as formações do Cerrado já que exercem uma ação seletiva sobre a vegetação, em função do gosto do animal. Os sertanejos praticavam ainda uma agricultura fundamentalmente de subsistência. Para além das culturas de feijão e abóboras, o milho era o produto principal, cuja difusão levou Holanda (1985) a falar de uma “civilização do milho”, ou seja, o “conjunto de tradições responsáveis por tornar o milho a principal forma de alimento consumido pelos colonos do Planalto” (L. A. B. Lourenço, 2005, p. 193), a partir do século XVII. Existiam, ainda, outros produtos como a cana de açúcar usada para fazer o açúcar, a “rapadura” e a cachaça, além do algodão para tecelagem.

A paisagem oitocentista do Triângulo Mineiro resultava de um padrão de ocupação que tendia a usar os chapadões para a prática da agropecuária, aproveitando as pastagens que aí se desenvolviam em “campos” mais abertos, enquanto as terras de cultura concentravam-se no fundo das vertentes dos vales fluviais. Nas proximidades da cidade de Oliveira, importante ponto de passagem entre as minas da zona central e Goiás durante o Império, St-Hilaire comentou ao chegar a uma fazenda que “como todas as outras fica situada numa baixada” (A. de St-Hilaire, 1975, p. 83). As razões desse tipo de localização prendem-se a duas razões fundamentais sendo a necessidade de água para a prática agrícola e a existência de solos mais férteis que coincidiam com áreas florestais e solos de origem basáltica.

“Dessa forma, o sítio deveria estar sempre a jusante de algum pequeno curso d’água, que pudesse ser facilmente transportado por estivas e pinguelas. Raramente, contudo, o sítio escolhido ficava na margem de rios caudalosos, de difícil transposição e sujeito a febres malsãs” (L. A. B. Lourenço, 2005, p. 214).

Como já afirmado, as populações locais derrubavam a floresta inicial para conseguir fazer as plantações de que necessitavam. Numa primeira fase, de baixa densidade populacional em meio a propriedades imensas, a rotatividade do sistema de pousio, que era feito por questões de conservação do solo, era de 20 a 25 anos, fato que permitia a reconstituição da mata original. Com o aumento populacional e a conseqüente diminuição da dimensão da propriedade, ao longo do processo de ocupação, passou-se ao sistema de pousio de apenas 6 a 10 anos que permitia apenas a reconstituição de uma vegetação secundária de tipo herbáceo-arbustivo ou capoeira (L. A. B. Lourenço, 2005).

Há de se concordar, portanto, com Marcilio (2000) quando afirma que a partir de meados de século XVIII houve a passagem em algumas áreas do território brasileiro de um pousio florestal para um pousio arbustivo, com profundas alterações na paisagem do Cerrado. Todas as atividades descritas tiveram implicações e levaram a transformações importantes no domínio do Cerrado, inclusive com repercussões que se tornaram irreversíveis, em vista da forte antropização sobre esse Domínio e da transformação das diversas faces do bioma Cerrado.

Além da exploração para a agricultura e para a pecuária, outras formas de valorização antrópica como a mineração também contribuíram para a degradação do Cerrado. A atividade mineira no Triângulo Mineiro, durante o século XIX, limitava-se à exploração de diamantes na área de Romaria e Estrela do Sul, com o recurso de técnicas garimpeiras rudimentares, porém que contribuíram para a ocupação da área num sistema que se ligava à própria agricultura e à pecuária, pois que estas abasteciam a população ligada à mineração.

O combate ao sertão despovoado

A ideia, muitas vezes, passada pelos viajantes de que existiam imensas áreas não ocupadas pelo homem – “solidões” imensas –, teve desdobramentos sobre o discurso dos “vazios demográficos”, muito usado pelos geopolíticos militares brasileiros. Em verdade, trata-se de um discurso sobre o grande interior, que

atendia interesses ligados à ocupação sob uma lógica que ocorria na zona litorânea. Na região do Triângulo Mineiro, pelo menos, pode-se afirmar que existiam diversos tipos de povoamentos, como as áreas indígenas dos Caiapós em liberdade, na parte mais ocidental do Triângulo Mineiro, os aldeamentos indígenas ao longo da Estrada de Goyazes, que ligava o litoral às zonas de exploração de pedras preciosas e ouro, os quilombos formados a partir da fuga de escravos das zonas de exploração mineira, ou da zona litorânea, os sítios ou fazendas que correspondiam à ocupação colonial pelos fazendeiros e as áreas urbanizadas (povoados e vilas) criadas pelos colonizadores, sobretudo ao longo das rotas para as minas de Goiás.

Pode-se então afirmar que a ocupação territorial setecentista e oitocentista da Colônia Brasil, avançou para o *“hinterland”*, com os núcleos auríferos e diamantíferos mineiros, goianos e cuiabanos (L. A. B. Lourenço, 2005), em que a atividade mineira associou-se à atividade agropastoril necessária para a sustentação dos núcleos “urbanos” que se foram desenvolvendo. Bertran (1994) lembra que desde o início da colonização já havia registros da prática da agricultura e da pecuária principalmente nas regiões mais afastadas das minas. A partir do declínio da produção aurífera, no final do século XVII, encontram-se registrados pedidos de sesmarias com vistas à criação de *gado vacum*. Da mesma forma, atividades relacionadas à lavoura existiam, tanto de produtores para as zonas da mineração quanto de pequenas roças de subsistência.

“Contudo, a configuração territorial que ia sendo gerada nesse processo não se desenhava por ocupações contíguas, com redes de núcleos interligando áreas econômicas vizinhas que penetrassem rumo ao interior [...]. O que existia, ao contrário, era uma ocupação fragmentada, em mosaico, com territórios isolados e cercados por áreas de ocupação proibida”
(L. A. B. Lourenço, 2005, p. 65).

Pode-se então concluir que, entre o século XVII e XVIII, o “sertão de Farinha Podre”, como ficou conhecida a região do Triângulo Mineiro, apresentava-se, não com uma forte densidade, mas com uma densidade populacional importante para os padrões da época, suficiente para ocupar grande parte do território e apropriá-lo às suas necessidades. Não era uma região despovoada.

Não cabe aos propósitos deste trabalho, desenvolver as questões sociais e culturais que advêm da heterogeneidade de culturas presentes sobre a região do Triângulo Mineiro. Entretanto, certamente que imprimiram características muito próprias à paisagem e que não passaram despercebidas aos viajantes, sobretudo St. Hilaire. As atividades que desenvolviam, deixavam marcas importantes relacionadas aos diferentes modos de apropriação e valorização da área e, sem dúvida, contribuíram para as transformações profundas que ocorreram de forma dinâmica, na paisagem. Nesse sentido, foram várias as intervenções relatadas pelos viajantes que demonstram quão sistematicamente o Domínio foi alterado e historicamente construído desde o século XIX. Os grupos socioculturais que se estabeleceram na área, ao longo de sua ocupação, mesmo antes da chegada dos colonizadores sobre o Cerrado presente no Triângulo Mineiro, faz-nos refletir sobre quanto o Domínio do Cerrado pode ser entendido como uma paisagem cultural.

Conclusão

Nas descrições dos viajantes expressões adjetivas como “*natureza majestosa*” são muitas vezes seguidas de “*extensões áridas*” e “*desérticas*” (F. S. Souza, 2012). Saint-Hilaire e Pohl atentam em vários momentos para as “*vastas solidões*” de terras “*mal cultivadas*” e “*incultas*”, que fortaleciam a ideia de ociosidade e contribuíam para a dita decadência dessas áreas (F. S. Souza, 2012). Esta ideia não é completamente verdadeira, resulta de visões comparativas com o continente europeu que não podem ser entendidas sem a devida contextualização, dadas as realidades históricas e culturalmente distintas. A densidade demográfica certamente variava em função das características geomorfológicas, edáficas e até climáticas das áreas, mas há de se admitir que, no século XVIII e XIX, o domínio do Cerrado já era uma área apropriada pelas sociedades indígenas locais, pelas comunidades de escravos fugidos e pelo homem branco colonizador.

*“A historiografia, a partir da década de 1980, teve em comum re-
futar as proposições de que o declínio do ouro desarticulou a sociedade*

e economia mineira, atrofiando-a. A dinâmica diversificada de Minas Gerais explicaria inclusive o aparecimento de uma importante elite com participação ativa na política do Império” (I.S. Soalheiro, 2008, p.52).

Fica assim, demonstrado que ocorreu de forma historicamente determinada, uma apropriação do espaço e, que a área correspondente ao Triângulo Mineiro, desde o século XIX, não pode ser entendido de maneira estática e unitária, mas sim de forma dinâmica, onde se procura compreender as diversas territorialidades que o compõem (I. S. Soalheiro, 2008, p 52).

Em síntese podemos afirmar que o Cerrado não é uma paisagem natural, mas devemos considerá-lo como uma paisagem cultural, historicamente construída ao longo de milhares de anos onde diversos tipos de povos, social e culturalmente, distintos, exerceram a sua ação e deixaram as suas marcas, com maior ou menor intensidade: indígenas, escravos, quilombolas, colonizadores e brasileiros.

Referências bibliográficas

- Ab'saber, Aziz (2003). Domínio de natureza e famílias de ecossistemas. In: AB'SABER, A. *Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo, Ateliê Editorial, 159p.
- Beluzzo, Ana M. de M. O (1994). *Brasil dos viajantes: um lugar no universo*. São Paulo: Fundação Odebrecht, Metalivros.
- Bertran, Paulo. (1994). História da terra e do homem no planalto central: Eco-História do Distrito Federal. Brasília: Solo.
- Castelnau, Francis de (1949). *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia Editora Nacional, p. 281 (Coleção Brasileira, 266).
- Claval, Paul (1999). *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC.
- Coutinho, Leopoldo M. (2006). O conceito de bioma. *Acta Bot. Bras.* 20(1)1-11.
- Dean, Warren (1996). *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. S. Paulo, Companhia das Letras.
- Eschwege, Wilhelm L. von (1996). Brasil, Novo Mundo. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- Faria, Karla M. S. de. (2006). *Caracterização dos Remanescentes de Cerrado e suas relações com o Uso e Ocupação das Terras da Alta Bacia do Rio Araguaia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 165p.

- Ferreira, Idelvone M. (2005). Bioma Cerrado: Caracterização do Subsistema de Vereda. *IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional*. Porto Nacional. Disponível em: https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/MENDES_ldevone_bioma_cerrado.pdf. Acessado em nov. De 2015
- Holanda, Sérgio B. de (Org.) (1985). A época colonial: administração, economia, sociedade. In História geral da civilização Brasileira, S. Paulo, Bertrand Brasil. Impactos sobre o trabalho. *Anais do XIII ENG – João Pessoa*, julho de 2002.
- Lourenço, Luís A. B. (2005). *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista*. Triângulo Mineiro (1750-1861). EDUFU, Uberlândia. 353p.
- Marcílio, Maria L. (2000). Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1835. S. Paulo, Hucitec.
- Maximiano, Liz A. (2004). Considerações sobre o conceito de Paisagem. *Revista Ra'ega*. Editora UFPR, Curitiba, nº8, p.83-91.
- Mendonça, Marcelo R., Thomaz Júnior, Antonio (2004). A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM*. Núm. 55, pp. 97-121.
- Moreyra, Sérgio P. (1987/1988). O olho que vê o mundo. *Boletim goiano de Geografia*. V. 7/8 n.1/2 - Janeiro/Dezembro.
- Pedrosa, António de S. (2013). As Montanhas do Noroeste de Portugal: Uma Paisagem Cultural. *Cosmos* (Presidente Prudente), v.6, p.7 – 67.
- Pedrosa, António de S. (2012). Montanha – Um espaço natural historicamente construído: o exemplo das montanhas do Noroeste de Portugal. *Actas 2º Colóquio Ibero-americano de paisagem cultural, patrimônio e projeto - Desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, V.1.
- Pedrosa, António de S. (2014). Os ecomuseus como forma de gestão das paisagens culturais. *Cosmos* (Presidente Prudente), v.7, p.7 - 31.
- Pedrosa, António de S., Pereira, Amorim. (2013). A paisagem cultural como ativo de desenvolvimento de espaços rurais tradicionais de baixa densidade. In: *Avaliação sócioambiental do domínio dos cerrados e pantanal: métodos e técnicas*. 1ª ed. Uberlândia: Composer, p.37-68.
- Pedrosa, António de S., Souza, Rita de C. M. (2014). As unidades de paisagem no Triângulo Mineiro: “desaparecimento” da paisagem Cerrado. Alfenas, *I Simpósio Mineiro de Geografia*.
- Pohl, Johann E. (1976). *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP.
- Posey, D. A. (1986). Introdução: Etnobiologia, teoria e prática. In: Ribeiro, D. *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, FINEP, cap 1, p. 15-25.
- Rosendahl, Zeny (orgs.) (1998). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: eduerj, p. 12-74.
- Saint-Hilaire, Auguste de. (1975). *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 158p.
- Saint-Hilaire, Auguste de (2000). *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Sauer, Carl O. (1998). A morfologia da paisagem. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74.
- Schier, Raul A. (2003). Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *Revista Ra'ega*, Editora UFPR Curitiba, n. 7,p. 79-85.

- Soalheiro, Itamara. S. (2008). Apreensão do território mineiro nos relatos de Auguste desaint-Hilaire: uma leitura relacional. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol.V, ano 3, n.º 1, p. 48-56.
- Souza, Fabíula S. (2012). Natureza, ocupação territorial e vias de comunicação de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 50-59.
- Spix, Johann B. von, Martius, Karl, Friedrick, Philipp. (1981). *Viagem pelo Brasil: 1817-1820. [1823]*. Vol. 1. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Melhoramento.
- Teixeira, Tito (1970). *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, V 2.
- Worster, Donald (1991). Para Fazer História Ambiental. Estudos Históricos. *Rio de Janeiro: FGV*, 4 (8): 198-215.